



2º Colégio de Presidentes de Subseções e Delegados da CAA/MT reúne lideranças em Sorriso para debater pautas de interesse da advocacia

PÁGINA 6

CAAMT
Caixa de Assistência dos Advogados

CAA/MT promove novas rodas de conversa do programa "Escuta Legal" com foco no bem-estar da advocacia

PÁGINA 7



Próximas sessões:
5 e 7 de novembro

Inscrição pelo
CabraZap:

(65) 99914-2408

CAAMT

Reprodução



Na abertura de Colégio de presidentes, OAB/MT lança projetos de Inteligência Artificial e cursos on-line para advocacia

A abertura do 2º Colégio de Presidentes de Subseções e Delegados da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Gestão 25/27, ocorreu na noite desta quinta-feira (13) em Sorriso, com a apresentação de novos projetos de

inovação e tecnologia voltados para a advocacia mato-grossense. Visivelmente emocionada, a presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso, fez um agradecimento à classe e anunciou dois novos projetos institucionais: o "IAdvocacia" e o "ESA ON".

PÁGINA 9

COMEÇOU, PAGOU: Honorários de sucumbência devem ser pagos mesmo com sentença anulada



Reprodução

Os honorários sucumbenciais devem ser pagos pela parte derrotada na ação, ainda que a sentença seja anulada. Com esse entendimento, a 22ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao recurso de um escritório de advocacia contra a parte adversária em um processo.

PÁGINA 8

Ricardo Gomes de Almeida toma posse como desembargador do TJMT defendendo Justiça humanizada e pacificadora

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso congratula o advogado Ricardo Almeida, recentemente nomeado desembargador pelo governador Mauro Mendes, neste, 3/11. Essa nomeação ocorreu após a seleção do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), que incluiu Ricardo na lista tríplice de candidatos para a vaga do Quinto Constitucional da advocacia.

PÁGINA 5



Reprodução

OAB-MT leva a evento do CNJ seis propostas para aperfeiçoamento da legislação de insolvência

As propostas de aprimoramento da legislação sobre insolvência, apresentadas pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), por meio da Comissão de Falências e Recuperação Judicial (CELFRE), chamaram a atenção em nível nacional. Seis

enunciados foram escolhidos para discussão no 3º Congresso Anual do Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (Fonaref), que ocorrerá nas próximas semanas nos dias 17 e 18 de novembro, em Brasília, sob a organização do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

PÁGINA 2

OAB Sinop realizou palestras Advocacia Trabalhista na Prática para advogados da região

PÁGINA 3



CINTIA BELINI

Presidente da
Comissão de Direito,
Ciência e Tecnologia
da 6ª Subseção da
OAB/MT. Advogada
Colaboraiva,
Professora, Docente
de Prática Jurídica
nas Temáticas de
Empreendedorismo,
Inovação e Tecnologia
aliada ao Direito e
pesquisadora em
ética da tecnologia.

Advocacia Reborn: Entre a infância da IA e a Renovação da Profissão

Você já percebeu que o mundo mudou? Agora estamos tentando entender se as mudanças são mais positivas ou negativas quando o assunto é vida em sociedade, direitos, avanços da tecnologia e bem-estar coletivo.

Passamos pelo mundo VUCA, depois virou BANI, e agora temos a sensação de que ele está um pouco LOUCO.

O desafio tem sido entender o que é real e o que é artificial, em um mundo que oscila entre fantasia e realidade.

Tudo ficou acelerado, em constante transformação, e parece que, entre o online e o offline, ainda não encontramos um equilíbrio, afinal é essa somatória que constitui nossa nova vida nos tempos modernos.

O jurista quer a petição feita por IA, mas não aprendeu sobre letramento digital, veio o processo eletrônico, o julgamento virtual, e nos bancos da academia que formam os novos profissionais, se gasta tempo discutindo se o endereçamento ficaria mais elegante ou correto ao utilizar “Excelentíssimo” ou simplesmente “ao juízo”, enquanto deveríamos estar investindo tempo entendendo sobre o direito da atualidade, termos como legal operations, smart contracts, marketing jurídico, provas digitais, planejamento de carreira, finanças entre outras áreas como direito para startups, deveriam estar na grade curricular, é como se a vida que acontecesse nos negócios, em que nós somos os consumidores, demorasse para chegar aos advogados e escritórios que oferecem os serviços, na verdade, a demora é em grande parte nos pequenos e médios escritórios.

Para a advocacia que trabalha com a fátia do contencioso de massa e o grande volume, o algoritmo, a jurimetria e a automação já estão lá há algum tempo, até o Chief AI Officer tem um lugar para se sentar.

Não bastasse grande parte da advocacia não entender o que está acontecendo, alguns acreditam que saber conversar com um modelo de LLM seja a solução de todos os problemas,

esse é apenas um recurso, quando falamos em Inteligência Artificial que, em sua infância, parece superar alguns pensadores da justiça, e isso acontece porque não estamos pensando além, criticidade, criatividade e intencionalidade, somadas a uma pitada de liderança, são temas para ontem, para uma sociedade que parece já ter ultrapassando a internet das coisas.

Mas hoje, devemos falar mesmo é da advocacia Reborn.

Poderíamos falar da advocacia em suas várias transições e mudanças culturais, econômicas e intelectual, existe uma parcela que acredita que tudo precisa vir pronto e mastigado, e que acaba se encontrando perdida no processo por não acompanhar a ordem lógica e cronológica do crescimento e aperfeiçoamento do mundo e da profissão.

Mas, quero chamar sua atenção, à advocacia Reborn, essa que se formos fazer a tradução e origem etimológica, vem de renascido, que é derivado do latim “renasci”, traduzindo alguém que precisa nascer de novo, a advocacia atual lida com questões que envolvem e beiram a “LAWcura” situações que não estão na jurisprudência, que mais se aparecem com filmes de ficção científica, mas que também não deixam a Alice no país das maravilhas, para trás, e quando pensamos em renascer, precisamos beber de outras fontes.

Vale lembrar que o direito é um ramo das ciências sociais, logo então exercer a advocacia é atividade multidisciplinar e interdisciplinar conversamos com a psicologia, temos várias bases na filosofia, e a sociologia quando aliada a tecnologia nos auxilia a compreender nosso papel em meio a tantas mudanças, sem nos esquecer da nossa tão amada e querida ética.

Precisaremos continuar estudando matérias como processo civil, e claro, endereçar a peça “ao juízo”, isso faz parte da técnica, mas quando se trata do direito material, e os fatos que insistem em não acompanhar as leis, é preciso entender que a sociedade mudou, é carro que dirige sozinho, drone que entrega comida,

aspirador robô que limpa a casa e chat bot que resolve grande parte da comunicação, e isso já faz parte da nossa vida, ou será que sentimos saudades de enfrentar a fila no banco?

Considerando que a Inteligência Artificial é uma ferramenta de uso geral, que altera a forma como vivemos e nos comunicamos, a falta de contato com ela, nos priva de pertencer a advocacia e até cumprir nosso propósito.

O que é humano é agora substituído pela máquina? Não só pela máquina, em algumas situações é substituído por objetos e coisas também.

Para alguns, são sinais do fim dos tempos, prefiro pensar que são sinais de novos tempos, em que pensar pode custar caro, já não pensar e se adaptar sem as ressalvas necessárias custará nosso trabalho, nossas relações e nossa vida em sociedade como um todo.

E como seres sociáveis e relacionais que somos, formados por várias camadas, nunca foi tão atual e urgente falarmos sobre o futuro da nossa profissão, em meios ao avanços uma parcela significativa se encontra sozinha, e no sentido mais literal que possa existir, enfrentamos uma epidemia de solidão e super agentes de IA que parecem substituir o nosso trabalho, será importante nos questionarmos onde e como podemos encontrar contentamento profissional, como podemos sermos partes de redes e grupos de apoio seja para utilização de novas tecnologias, seja para nos planejarmos para o amanhã do novo jurídico.

E não pense que é só saber usar a Inteligência artificial que sua profissão estará garantida, a modernidade nos exigirá mais, uma vida entre algoritmos e habilidades sociocomportamentais, entender de gente, será mais necessário do que nunca, e os dados irão nortear muitas das nossas decisões.

A advocacia precisa ser parte do aperfeiçoamento da cultura, fazer parte desse processo de mudança é assumir um papel de protagonismo, isso é para a advocacia de hoje e não do amanhã, afinal, podemos ser Law, mas também podemos ser Cura, sob o aspecto do acróstico (criticidade uma raridade atual), para isso, a advocacia precisa renascer em criatividade, potencializar a sua humanidade e lutar para continuar sendo indispensáveis à administração da justiça.

OAB-MT leva a evento do CNJ seis propostas para aperfeiçoamento da legislação de insolvência

REAÇÃO JA

As propostas de aprimoramento da legislação sobre insolvência, apresentadas pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), por meio da Comissão de Falências e Recuperação Judicial (CELFRE), chamaram a atenção em nível nacional. Seis enunciados foram escolhidos para discussão no 3º Congresso Anual do Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (Fonaref), que ocorrerá nas próximas semana nos dias 17 e 18 de novembro, em Brasília, sob a organização do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

selho Nacional de Justiça (CNJ).

O CNJ recebeu um total de 85 propostas de todo o Brasil, das quais 55 foram selecionadas para o Caderno de Enunciados Aprovados a ser debatido durante o evento. Este documento servirá como uma diretriz para as discussões técnicas programadas.

As temáticas apresentadas pela CELFRE da OAB-MT estão alinhadas aos principais eixos de discussão do Fonaref deste ano, reunindo especialistas de todo o país. Os temas incluem a recuperação de agentes econômicos especiais, a insolvência no agronegócio, o capitalismo humanista em situações



de falência, a interação entre o Direito do Trabalho e o Direito Empresarial, métodos autocompositivos para crises empresariais, e o reconhecimento do trabalho da OAB-MT nesse importante setor.

A presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso, ressalta que esse reconhecimento reflete o compromisso institucional com a melhoria da advocacia e do sistema judiciário, oferecendo contribuições significativas para a reestruturação empresarial.

Para Aline Barini, presidente da CELFRE, a escolha dos enunciados demonstra a maturidade técnica da comissão e a importância da participação de Mato Grosso no debate nacional.

Além disso, a OAB-MT e a CELFRE promovem em Cuiabá um evento de destaque, o já consagrado Congresso de Reestruturação e Recuperação Empresarial, que neste ano completou sua sétima edição em setembro.

✱ OS ARTIGOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E NÃO REPRESENTAM A OPINIÃO DO JORNAL ADVOGADO MT.

Jornal do
Advogado
Tu és da justiça a clava forte!

23
Anos

Editor chefe
Dermivaldo Rocha
DRT- 528/MT

Diretora
Marina Galle

Comercial
65 9.9935-4699
65 9.9907-6885

Tiragem
3.000 exemplares
Diagramação | AAROMA

EDITORA DRM

CNPJ : 23.825.686/0001-55
Rua 13, QD 23, Casa 01, CPA 3, Setor 5
Cuiabá – MT / CEP: 78058358

☎ 65 3646-4725

🌐 www.jornaladvogado.com.br

✉ jornaladvogado@gmail.com

As matérias assinadas não representam necessariamente o pensamento do jornal e são de inteira responsabilidade do autor.

Encontro é aberto na OAB-MT reunindo a advocacia e demais operadores do Direito

POR: JUDITE ROSA
 ASSESSORIA DE IMPRENSA OAB-MT

“Para a OAB, este não é apenas um debate acadêmico. É a essência da nossa missão. A Ordem dos Advogados se mantém e sempre se manterá como uma defensora intransigente das prerrogativas da advocacia, pois sabemos que, ao defender um advogado, estamos defendendo o direito de defesa de cada cidadão brasileiro. É nosso dever lutar para que a ‘realidade não sufoque os ideários’. É nossa vocação construir pontes para que a justiça idealizada na lei se materialize na vida das pessoas”, afirmou Josemar Carmerino, presidente em exercício da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), durante a abertura do “VI Encontro do Sistema de Justiça Criminal do Estado de Mato Grosso - Ideários entre a Lei e a Realidade”, na noite de quarta-feira (29), no auditório da OAB-MT.



Reprodução

O coordenador do Encontro, desembargador Marcos Machado, lembrou que eventos como esse têm a finalidade do convívio. “É a possibilidade do diálogo, da convergência, de encontros, de pontos comuns com os operadores do Direito. As escolas, juntas, conseguem trazer todos para a mesma mesa, com base no diálogo, no respeito ao ponto de vista distinto ou contrário, e dentro desse aparente paradoxo que atividade acadêmica ou pedagógica proporciona, nós

chegamos ao 6º encontro, com juristas do Brasil, doutrinadores, ministros, juizes, promotores, defensores e advogados”.

O VI Encontro do Sistema de Justiça Criminal conta mais de 300 participantes presenciais e outros 150 inscritos na forma híbrida. Na primeira noite do evento, foi realizada a palestra inaugural “O Sistema de Justiça Criminal no mundo virtual”, com o procurador de Justiça Edilson Mougenot Bonfim, do Ministério Público de São Paulo.

“Nós, advogados, somos as testemunhas e os atores dessa fronteira. De um lado, defendemos os ideais mais nobres do Direito: a presunção de inocência, o devido processo legal, a ampla defesa e a busca por uma pena justa e ressocializadora. Do outro, nos deparamos com a dura realidade de um sistema sobrecarregado, com desafios estruturais que vão desde a gestão prisional e o combate ao crime organizado até a proteção da vítima e a implementação de novas tecnologias, como as

câmeras corporais. Os painéis deste encontro refletem exatamente a complexidade desses desafios”, observou Josemar Carmerino.

O encontro, realizado pela parceria entre Tribunal de Justiça, OAB-MT, Ministério Público e Defensoria Pública, por meio das suas escolas: Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso (Esmagis-MT), Escola Superior da Advocacia de Mato Grosso (ESA-MT), o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) - Escola Institucional do Ministério Público Estadual (MPMT) e a Escola Superior da Defensoria Pública de Mato Grosso (Esdep), tem sequência com palestras e painéis na quinta-feira (30) e na sexta-feira (31), em Cuiabá, com a participação de advogados e advogadas, magistrados e magistradas criminais, integrantes do Ministério Público, Defensoria Pública e estudantes de Direito.

OAB Sinop realizou palestras Advocacia Trabalhista na Prática para advogados da região

REDAÇÃO JA

A 6ª Subseção da OAB Sinop, em colaboração com a ESA/MT e a OAB/MT, realizou na manhã deste sábado (01/11) a palestra intitulada “Advocacia Trabalhista na Prática: Estratégias de Audiência e a Segurança do Contrato de Honorários”. O evento reuniu advogados, advogadas e acadêmicos interessados em aprofundar suas habilidades na área trabalhista.

A palestra foi conduzida pela Dra. Roberta Borges, Conselheira da OAB/MT, e pela Dra. Fernanda Brandão, Conselheira Federal da OAB por Mato Grosso.

Essa iniciativa reflete o compromisso da OAB Sinop com a formação contínua, a valorização da profissão e o fortalecimento técnico da advocacia trabalhista.



Reprodução

Janina

48

Anos

"Livros não mudam o mundo, quem muda o mundo são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas"

Mário Quintana

AV. PRES. GETÚLIO VARGAS, 15
CENTRO NORTE, CUIABÁ - MT

65 3622-1234

65 3622-1234

SHOPPING VÁRZEA GRANDE

65 65 99213-8661

OAB-MT participa de Painel sobre as organizações criminosas no sistema prisional

POR: JUDITE ROSA
ASSESSORIA DE IMPRENSA OAB-MT

“As organizações criminosas dentro do sistema prisional só perderão força com o fortalecimento de políticas públicas que possibilitem ao Estado reassumir o controle sobre as unidades prisionais. É necessário garantir o acesso à Justiça e à Defensoria Pública nas unidades prisionais, investir em políticas de reintegração de egressos, promover a manutenção de laços familiares. É preciso pensar para além”, alertou o defensor público Bruno Shimizu, da Defensoria Pública de São Paulo, durante a sua palestra ‘As organizações criminosas no Sistema Prisional. Quais são as medidas de gestão?’, no VI Encontro do Sistema de Justiça Criminal de Mato Grosso.

O Painel, que fechou a programação da quinta-feira (30), no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), levantou questionamentos sobre as razões que promovem o crescimento das facções dentro do sistema prisional em todo o país e quais as formas de administrar e combater essa situação.

Um dos debatedores do Painel, o presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Pedro



Reprodução

Rodrigues da Silva Neto, defendeu que aumentar as penas não resolve o problema da criminalidade. “É preciso trabalhar com inteligência, reconhecer e encarar de frente os problemas que existem”.

O presidente do TDP citou a criação do Grupo de Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Prisional de Mato Grosso, criado pela OAB-MT com o objetivo de acompanhar as ações, ocorrências e desdobramentos relacionados ao Sistema Prisional. “Com esse grupo e por meio do TDP, a Ordem dos Advogados tem atuado em fiscalizações, promovido o diálogo e discussões técnicas e éticas. O nosso guia é a Constituição Federal e não abrimos mão da defesa das prerrogativas, pois elas asse-

guram que todo cidadão tenha seus direitos garantidos”, ressaltou Pedro Neto.

O método de trabalho da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) foi lembrado pela procuradora de Justiça Josane Fátima de Carvalho Guariente, do Ministério Público de Mato Grosso, como um exemplo que pode ser referência quando se pensa em formas de trabalhar com a população privada de liberdade. “Trabalhar o ser humano de forma integral, pensar na socialização, na inserção dessas pessoas na sociedade. Não basta estudo e trabalho”, afirmou a procuradora de Justiça, Josane Guariente, também debatedora do Painel.

De acordo com a advogada

Bárbara Natali Botelho Rodrigues dos Santos é necessário pensar de forma concreta em políticas públicas para a população que vive no sistema prisional. “A estrutura está superlotada e a solução não é aumentar vagas, é dar a devida atenção para o que precisa ser mudado, desenvolver projetos e políticas inclusivas. A realidade em MT precisa mudar, para não continuarmos entregando mais soldados para as facções”.

“Parabéns à advocacia mato-grossense pelo trabalho de vocês, somos irmãos e trabalhamos pelo mesmo propósito. É imprescindível trabalhar em políticas de desencarceramento racional, garantir o fornecimento de condições dignas e assistência material aos presos, além de investir

em uma polícia investigativa forte e efetiva – a fim de coibir a criminalidade do colarinho branco, lavagem de capitais e fraudes”, enfatizou o defensor público Bruno Shimizu, palestrante do Painel.

O secretário de Justiça de Mato Grosso, delegado Vitor Hugo Bruzulato Teixeira, foi o presidente da mesa de debates e pontuou que as organizações criminosas nasceram dentro do sistema prisional por omissão do Estado. “Foi pela falta do Estado que as facções começaram, agora temos que trabalhar para mudar essa realidade. Temos muito a evoluir, mas estamos trabalhando, e é com diálogo e respeito que vamos evoluir”.

Os presidentes das Comissões da OAB-MT, de Direito Penal e Processo Penal, Matheus Bazzi, e de Direito Penitenciário, Sistema Prisional e Execução Penal, Matheus César, acompanharam o Painel. “As informações expostas a partir da visão criminológica, ancorada na pesquisa de campo e na observação empírica da realidade do sistema prisional, é primordial para superar as simplificações punitivistas e catalogar a complexidade das organizações criminosas, que são, em grande medida, uma resposta estrutural à degradação institucional, permitindo a formulação de propostas de intervenção baseadas em dados concretos e na compreensão das dinâmicas internas de sobrevivência nas prisões”, observou Matheus César.

Data da intimação eletrônica pessoal da Defensoria Pública prevalece para contagem de prazo

Em julgamento de embargos de divergência, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) consolidou o entendimento de que, havendo duplicidade de intimação da Defensoria Pública, prevalece a intimação eletrônica pessoal para a contagem dos prazos recursais.

O colegiado reformou decisão da Quinta Turma e declarou tempestivo um recurso interposto pela Defensoria Pública de Alagoas. No caso, a turma havia considerado a data da intimação feita no Diário de Justiça Eletrônico (DJe), e não a da intimação pessoal do defensor público, para efeito de contagem do prazo recursal, o que levou ao reconhecimento da intempestividade

do recurso.

Nos embargos, a Defensoria invocou a sua prerrogativa legal de ser intimada pessoalmente e apresentou, como paradigma, uma decisão da Sexta Turma segundo a qual a publicação no DJe não serve a esse propósito.

Intimação da Defensoria Pública deve ser sempre pessoal

O relator dos embargos de divergência, ministro Rogerio Schietti Cruz, lembrou que a Terceira Seção já possui precedente no sentido de que, em caso de duplicidade de intimação, tal como no caso em análise, deve prevalecer a intimação eletrônica pessoal feita na forma do artigo 5º da Lei 11.419/2006.

Na sua avaliação, essa diretriz, por si só, já seria suficiente para resolver a controvérsia. Além disso, o ministro lembrou que o artigo 4º, parágrafo 2º, da Lei 11.419/2006 dispõe expressamente que a publicação eletrônica substitui qualquer outro meio e publicação oficial, “à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal”.

Para o relator, o acórdão da Quinta Turma adotou interpretação que não se coaduna com o mencionado dispositivo, uma vez que a Defensoria Pública – cuja intimação deve ser sempre pessoal – enquadra-se na exceção legal.

Como decorrência dessa prerro-

gativa da Defensoria, o ministro entendeu que a publicação no DJe não deve ser considerada para contagem do prazo recursal, mas somente a intimação pessoal.

Na hipótese, Schietti verificou que a intimação pessoal ocorreu em 2 de julho de 2018, tendo o início do prazo recursal começado no dia 5 do mesmo mês, com previsão de encerramento em 3 de agosto de 2018. Como o recurso foi interposto em 26 de julho daquele ano, o relator concluiu que ele deve ser considerado tempestivo.

Leia o acórdão no EREsp 1.803.891.

Esta notícia refere-se ao(s) processo(s): EREsp 1803891

Fonte : STJ

Ricardo Gomes de Almeida toma posse como desembargador do TJMT defendendo Justiça humanizada e pacificadora

REDAÇÃO JA

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso congratula o advogado Ricardo Almeida, recentemente nomeado desembargador pelo governador Mauro Mendes, neste, 3/11. Essa nomeação ocorreu após a seleção do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), que incluiu Ricardo na lista triplíce de candidatos para a vaga do Quinto Constitucional da advocacia.

Com mais de 26 anos de experiência e especialização em Direito Em-



presarial e Eleitoral, Ricardo Almeida atuou como juiz-membro titular no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) por dois mandatos. Na OAB-MT, desempenhou funções como conselheiro estadual e integrou a Comissão de Direito Eleitoral durante a gestão de 2013 a 2015. Anteriormente, foi membro do Tribunal de Defesa das Prerrogativas entre 2007 e 2009.

O presidente em exercício da OAB-MT, Josemar Carmerino, expressou em nome da advocacia mato-grossense votos de êxito ao doutor Ricardo Almeida, ressaltando sua capacidade de exercer a nova função com a dedicação e seriedade que a posição requer, representando adequadamente os advogados e advogadas do estado.

A diretoria da OAB-MT também estendeu suas felicitações aos demais integrantes da lista sêxtupla: as advogadas Jamille Adamczyk, Juliana Zafino e Michele Dorileo, bem como os advogados Dauto Passare e Sebastião Monteiro, eleitos pelo Conselho Seccional em 10 de outubro.

O governador Mauro Mendes (União) afirmou que decidiu escolher o advogado Ricardo Almeida como



Fotos: Reprodução OAB/MT

novo desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT) por seu perfil técnico e carreira com reputação ilibada.

“Segundo comentou o governador, Eu conheço um pouco o senhor Ricardo, que tem uma carreira profissional muito extensa, com muito conhecimento técnico, com comportamento moral bastante ilibado, e isso me deu muita segurança [para escolhe-lo]”, disse o governador em

entrevista à Rádio Capital FM.

Mendes também elogiou o currículo dos outros dois advogados que integraram a lista, Juliana Zafino e Dauto Passare. “Chegaram bons profissionais e tive oportunidade de conversar com os três que estiveram na visita. Falei com eles antecipadamente, mostraram seu currículo”, contou.

Advogado escolhido aguarda a data da posse no TJMT, que ainda não foi definida pelo TJMT.

Honorários contratuais de advogado não podem ser incluídos em execução de cotas condominiais

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o condomínio não pode incluir o valor correspondente aos honorários contratuais de seu advogado na execução de cotas condominiais, independentemente de haver previsão para isso na convenção.

De acordo com o processo, um condomínio ajuizou ação de execução contra uma construtora para receber cotas condominiais que estavam atrasadas. No entanto, o juízo determinou que a petição inicial fosse emendada para excluir do valor da causa a parcela referente aos honorários advocatícios contratuais.

O Tribunal de Justiça do Tocantins deu provimento ao recurso do condomínio e mandou que os honorários fossem reincluídos. O tribunal entendeu que o juiz não pode analisar de ofício o valor da dívida, nem interpretar cláusulas do

contrato no momento do recebimento da petição inicial.

No recurso ao STJ, a construtora sustentou que os honorários contratuais não devem ser incluídos no cálculo do débito. A executada alegou que, ao determinar o pagamento dos honorários convencionais além dos honorários de sucumbência, o tribunal de origem impôs uma cobrança duplicada, configurando bis in idem.

NATUREZA JURÍDICA DAS OBRIGAÇÕES CONDOMINIAIS É DE DIREITO REAL

Primeiramente, a relatora, ministra Nancy Andrighi, esclareceu a diferença entre os honorários sucumbenciais e os contratuais. Conforme explicou, os primeiros são pagos pela parte perdedora do processo, enquanto os honorários contratuais são definidos livremente entre cliente e advogado e não estão incluídos no con-



Reprodução

ceito de despesas previsto no artigo 84 do Código de Processo Civil (CPC).

A relatora lembrou que a turma já decidiu que, em contratos empresariais, prevalece a autonomia da vontade das partes quando acordado expressamente que os honorários convencionais serão pagos pela parte contrária.

Por outro lado, a ministra ressaltou que esse entendimento não se aplica à obriga-

ção condominial, porque esta, diferentemente dos contratos empresariais, “possui natureza de direito real, como decorrência do direito de propriedade, ao qual está indissociavelmente unida como obrigação proprietária”.

COBRANÇA NÃO É VÁLIDA, MESMO SE PREVISTA NA CONVENÇÃO

Nancy Andrighi também lembrou que, de acordo com o artigo 1.336, parágrafo 1º, do

Código Civil, o condômino que não contribuir com as despesas do condomínio poderá sofrer penalidades: multa, juros de mora e correção monetária do valor devido. No entanto – destacou –, o dispositivo não prevê a inclusão de outros tipos de despesa no cálculo da dívida do condômino inadimplente.

De acordo com a ministra, não importa se a cobrança dos valores relativos aos honorários contratuais está prevista na convenção do condomínio, pois a falta de previsão legal impede a sua cobrança de qualquer forma.

“A natureza distinta dos honorários sucumbenciais e dos honorários convencionais é um impeditivo para que os últimos sejam incluídos no cálculo que instrumentaliza a execução”, completou.

Leia o acórdão no REsp 2.187.308.

Fonte:STJ

ADVOCACIA EM FOCO

2º Colégio de Presidentes de Subseções e Delegados da CAA/MT reúne lideranças em Sorriso para debater pautas de interesse da advocacia

DA ASSESSORIA

A cerimônia de abertura do evento reuniu representantes da OAB-MT e da CAA/MT, que destacaram a importância de fortalecer a advocacia no Estado por meio de parcerias, novos projetos e o uso da tecnologia.

O município de Sorriso se tornou, nesta quinta-feira (13), o centro da advocacia de Mato Grosso, ao sediar a abertura do 2º Colégio de Presidentes de Subseções e Delegados da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), gestão 2025/2027. Com a participação de representantes das subseções e da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), o evento busca alinhar pautas estratégicas para o fortalecimento da profissão no estado, discutindo desafios, soluções e inovações.

O presidente da CAA/MT, Rodrigo Araújo, destacou o momento como essencial para a união da advocacia mato-grossense, enfatizando a importância de um diálogo contínuo e a construção de soluções práticas para os desafios enfrentados pelos advogados. “Nestes dois dias, Sorriso se torna a capital da advocacia mato-grossense, e sairemos daqui com resultados que impactarão diretamente a vida de todos os advogados do Estado”, afirmou.

Ele também ressaltou a relevância do trabalho conjunto entre a Caixa e a OAB-MT para levar serviços de qualidade a todo o Estado, com destaque para a ampliação dos benefícios e o fortalecimento da comunicação com as subseções. Durante o evento, a CAA/MT fez uma apresentação detalhada dos benefícios e atividades desenvolvidas em prol da classe. “A Caixa de Assistência tem trabalhado incansavelmente para atender as demandas da advocacia, levando informações e serviços a todos os cantos de Mato Grosso”, concluiu.

A presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso, refletiu sobre as mudanças significativas vividas nos últimos anos, como a representatividade feminina e a paridade de gênero, que se tornaram marcas da atual gestão. “Há 10 anos, não tínhamos a paridade no conselho, nem a representatividade da advocacia do interior como temos hoje. Mudamos muito e continuamos a evoluir”, afirmou.

Além disso, Gisela Cardoso reforçou a importância do trabalho da diretoria da OAB-MT e da parceria com a CAA/MT na busca por soluções para esses desafios, destacando a inovação com o lançamento de novas plataformas, como a “IAdvocacia”, uma plata-



Fotos: Reprodução



forma de inteligência artificial desenvolvida para facilitar o dia a dia dos(as) advogados(as), além da “ESA On”, nova plataforma híbrida da Escola Superior da Advocacia (ESA), que oferece cursos presenciais e online para capacitação da advocacia mato-grossense.

Carla Guerra, presidente da 17ª Subseção de Sorriso e anfitriã do evento, expressou sua alegria em receber

os(as) colegas advogados(as). “Sorriso não é apenas a capital do agronegócio, mas hoje é também a capital da democracia de Mato Grosso”. Ela agradeceu a todos os envolvidos na organização do evento, ressaltando a importância de unir forças para combater desafios como o golpe do falso advogado e promover o bem-estar da sociedade.

A solenidade de abertura também

contou com a presença da vice-presidente da CAA/MT, Thaís Brazil, da secretária-adjunta Fabiani Dall Alba, e dos diretores Edison Júnior, Paula Teibel, Renata Cintra e Roberta de Arruda, além do Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), Ricardo Almeida, do prefeito de Sorriso, Alei Fernandes, e de delegados(as) e autoridades da advocacia em geral.

CAA/MT participa de cerimônia de entrega de carteiras da OAB-MT com acolhimento e oferta de benefícios

DA ASSESSORIA

Presidente Rodrigo Araújo destacou a importância da profissão, apresentou os serviços da Caixa de Assistência e reforçou o apoio aos novos advogados(as) e estagiários(as).

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) esteve presente, neste (4/11), da cerimônia de entrega de carteiras profissionais da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), que marcou o ingresso de 29 novos advogados(as) e 22 estagiários(as) à instituição.

O evento foi de grande emoção e acolhimento. O presidente da CAA/MT, Rodrigo Araújo, ressaltou a advocacia como um pilar de sustento e de realização pessoal e profissional.

“A advocacia é o alicerce da família. É o que sustenta, o que transforma e, acima de tudo, é o que corre nas nossas veias. Ela traz muitas glórias, mas também exige perseverança, ética e determinação”, afirmou o presidente.

Em seguida, Rodrigo compartilhou parte de sua trajetória, reforçando a importância da dedicação e da ética na construção de uma carreira sólida.

“Nada acontece do dia para a noite. O advogado conquista o seu espaço com muito trabalho. Mas eu garanto, se você acordar cedo, trabalhar com ética e dedicação, vai dar certo. Eu sou prova disso e encontrei na advocacia um verdadeiro amor”, destacou.

Durante a solenidade, os novos



Reprodução

profissionais receberam tokens digitais, oferecidos pela CAA/MT, como parte dos benefícios concedidos aos inscritos. O presidente também apresentou os principais serviços e programas da instituição, como a plataforma Wellhub, que reúne atendimentos de telemedicina e psicologia gratuitos, além de convênios, auxílios e ações voltadas à saúde e ao bem-estar da classe.

“A Caixa está aqui para cuidar da saúde física e mental da advocacia. Temos telemedicina, psicólogo, planos de saúde, convênios e auxílios, tudo pensado para amparar o advogado e a advogada em cada fase da carreira”, ressaltou.

Rodrigo também destacou o espaço “Meu Escritório”, iniciativa que

oferece estrutura compartilhada para advogados(as) que estão iniciando na profissão.

“Nem todos saem da cerimônia com um escritório pronto. Por isso, criamos o Meu Escritório, um ambiente completo, com salas de atendimento, audiências e reuniões. É o primeiro passo para quem está começando, com toda a estrutura necessária para exercer a advocacia com qualidade e conforto”, explicou.

Além dos tokens, todos receberam gratuitamente certificados digitais e fotos profissionais por meio do programa Retrato Jurídico. Essa iniciativa fortalece a atuação moderna e segura da advocacia, aliando tecnologia e ética profissional.

Para encerrar o dia com integra-

ção e leveza, os participantes foram recebidos em um happy hour no espaço Meu Escritório. O encontro reuniu música ao vivo, sorteio de brindes e um ambiente acolhedor, celebrando o início de uma nova jornada na advocacia.

“A Caixa está de portas abertas. Se vocês identificarem algum serviço, convênio ou benefício que ainda não existe, nos procurem. Afinal, a Caixa existe para atender as necessidades reais da advocacia”, concluiu Rodrigo Araújo.

Também estiveram presentes na cerimônia o tesoureiro da CAA/MT, Vinicius Tanaka, e as diretoras Paula Teibel e Roberta de Arruda, que acompanharam a solenidade e auxiliaram no acolhimento aos novos profissionais.

CAA/MT promove novas rodas de conversa do programa “Escuta Legal” com foco no bem-estar da advocacia

REDAÇÃO JA

COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA DE IMPRENSA

Encontros on-line quinzenais abordam autocuidado, bem-estar e técnicas para lidar com o estresse da rotina profissional.

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) realiza, nesta semana, mais duas edições do programa “Escuta Legal”, iniciativa que promove rodas de conversa voltadas ao acolhimento emocional e ao fortalecimento da saúde mental da advocacia.

Os encontros serão on-li-

ne, via Zoom, sempre às 19h (horário de Mato Grosso), e serão conduzidos pela psicóloga Déborah Bianchin.

Na quarta-feira (5), o tema será “Entendendo a origem dos nossos pensamentos”. Já na sexta-feira (7), o grupo se reúne para discutir “Técnicas de regulação imediata”, com foco em estratégias práticas para lidar com situações de estresse e ansiedade no dia a dia profissional.

Reconhecendo a importância de cuidar da saúde emocional dos profissionais da advocacia, a vice-presiden-



Reprodução

te da CAA/MT, Thaís Brazil, destaca o valor do programa e o impacto positivo que as rodas de conversa oferecem aos

participantes.

“O programa ‘Escuta Legal’ é uma oportunidade importante para que nossos colegas

advogados e advogadas possam cuidar da saúde emocional e fortalecer seu bem-estar. Sabemos que a rotina da advocacia pode ser intensa e desafiadora, e oferecer um espaço seguro para diálogo e aprendizado sobre autocuidado faz toda a diferença”.

As rodas de conversa são quinzenais, e os(as) participantes podem escolher os temas de seu interesse. As inscrições são gratuitas e devem ser feitas pelo WhatsApp da Caixa, no número (65) 99914-2408, com vagas limitadas a 70 participantes por encontro.

2º Prêmio Acadêmico de Conciliação em Rondonópolis fortalece a cultura da paz

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) de Rondonópolis, sob coordenação do juiz Wanderlei José dos Reis, realizou a 2ª edição do Projeto Judiciário Prêmio Acadêmico de Conciliação. O evento, fruto de uma parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Subseção de Rondonópolis, celebrou o engajamento dos futuros profissionais do Direito na busca por soluções inovadoras para a pacificação social.

A solenidade de premiação, realizada no Auditório da OAB/MT Subseção Rondonópolis, neste (06/11), reuniu autoridades do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, da Advocacia, Procuradoria do Município, coordenadores do curso de Direito, professores e comunidade acadêmica.

O juiz coordenador do Cejusc e presidente da comissão avaliadora, Wanderlei José dos Reis, destacou a qualidade das propostas apresentadas. “O nível de pesquisa e a viabilidade prática das ideias superaram nossas expectativas. Este prêmio mostra que a nova geração de juristas de Rondonópolis está comprometida em construir uma cultura de paz. Nesta edição, a parceria com a OAB foi essencial para dar voz a essas propostas, que poderão se tornar projetos reais em nossas instituições. Sem-



Reprodução

pre digo e repito que temos um compromisso intergeracional com os operadores do Direito do porvir, por isso temos que propagar a autocomposição desde a academia.”

O advogado Bruno de Castro Silveira, presidente da Subseção da OAB e membro da comissão avaliadora do projeto, destacou a importância do evento. “A OAB/1ª Subseção sente-se honrada em ter recebido a solenidade da banca de avaliação do 2º Prêmio Acadêmico de Conciliação, um importante momento de valorização da pesquisa e do incentivo à cultura da paz. Parabenizo o Cejusc-Rondonópolis pela brilhante iniciativa, que promove, desde a academia, o diálogo, a reflexão e o fortalecimento da conciliação como caminho para a transformação da cultura do litígio em uma cultura de entendimento e harmonia social. A OAB sem-

pre será parceira para iniciativas desse viés”.

Para o promotor Ari Madeira Costa, coordenador adjunto do Ministério Público e membro da comissão avaliadora do projeto, “a iniciativa que envolveu o Cejusc, a OAB e os acadêmicos de Direito promove cidadania, ao mesmo tempo que contribui para a formação prática dos alunos, integrando-os em projetos que buscam ideias para melhorar o acesso à justiça e construir uma cultura jurídica mais próxima da realidade de nossa comunidade em Rondonópolis”.

Já o defensor público Juliano Botelho de Araújo, representante da Defensoria Pública e membro da comissão avaliadora do projeto, pontuou que recebe com entusiasmo a iniciativa do Cejusc e da OAB com o Prêmio Acadêmico de Conciliação. “Todas as propostas apresentadas demonstram

excelente nível técnico e sensibilidade jurídica, o que reforça nossa empolgação com o tema. A iniciativa é louvável, pois estimula desde a formação acadêmica a cultura do diálogo e da composição, contribuindo para a redução da judicialização e o fortalecimento de um Judiciário mais ágil e eficiente, o que beneficia toda a sociedade”.

O concurso foi voltado para acadêmicos de Direito das universidades de Rondonópolis. Os finalistas selecionados de cada instituição tiveram a oportunidade de apresentar oralmente suas propostas em até 10 minutos para a banca avaliadora. A banca formada para a sustentação oral dos acadêmicos foi composta pelo juiz coordenador do Cejusc, Wanderlei Reis, pelo presidente da 1ª Subseção da OAB/MT de Rondonópolis, advogado Bruno de Castro, pelo coordenador-adjunto das Promotorias de Rondonópolis, promotor de justiça Ari Madeira da Costa e pelo defensor público estadual Juliano Botelho de Araújo, e avaliou os trabalhos sob critérios como Viabilidade Prática (35%), Originalidade e Inovação (30%) e Relevância Social (20%).

O ponto alto da noite foi a divulgação dos vencedores, que receberam troféus e importantes incentivos para suas carreiras:

1º Lugar (Juarez Alves da Silva Junior): Recebeu isenção de inscrição em todos os cursos da ESA-MT na comarca de Rondonópolis em 2026, o livro “Princípios Constitucionais”, e terá sua proposta publicada na revista jurídica da OAB, além de um certificado.

• 2º Lugar (Ana Paula Evangelista Santana Kaminski): Ganhou bolsa integral para curso preparatório ou de capacitação em conciliação/mediação na ESA, e certificação.

• 3º Lugar (Ana Paula Zotti): Foi premiada com participação em estágio supervisionado em Cejusc ou em escritório conveniado à OAB e certificado de reconhecimento

Além do reconhecimento individual, a Universidade Federal de Rondonópolis foi agraciada com a certificação de “Instituição que Incentiva a Conciliação” por seu apoio e mobilização da maior quantidade de alunos inscritos.

Todos os participantes que submeteram propostas receberam certificado de participação, com carga horária para atividades complementares, reforçando o caráter educativo do concurso.

O evento reforça o compromisso do Poder Judiciário de Mato Grosso, em parceria com a OAB, em inserir a cultura da conciliação no meio acadêmico, preparando a próxima geração de juristas para atuar ativamente na solução consensual de conflitos.

Assessoria Coordenadoria de Comunicação do TJMT

COMEÇOU, PAGOU: Honorários de sucumbência devem ser pagos mesmo com sentença anulada

Os honorários sucumbenciais devem ser pagos pela parte derrotada na ação, ainda que a sentença seja anulada. Com esse entendimento, a 22ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao recurso de um escritório de advocacia contra a parte adversária em um processo.

Em uma ação de cobrança, o escritório obteve uma sentença favorável, que lhe rendeu o direito aos honorários de sucumbência. Antes do trânsito em julgado, a banca iniciou o cumprimento provisório de sentença, cobrou cerca de R\$

1,9 milhão com base na decisão ainda sujeita a recurso.

Depois disso, o Superior Tribunal de Justiça anulou a sentença e mandou o caso voltar ao primeiro grau, e o título judicial que servia de base para a cobrança deixou de existir. O juiz de primeira instância entendeu que o cumprimento provisório de sentença perdeu o sentido e extinguiu os honorários.

O escritório recorreu e alegou que, mesmo que o título tenha sido extinto, a lei determina o pagamento de honorários, e que o responsável pelo pagamento é quem



Reprodução

iniciou o processo. O apelado defendeu-se dizendo que a anulação não ocorreu por sua culpa. Logo, não deveria pagar honorários.

Para o relator do recurso, desembargador Roberto Mac

Cracken, se a decisão é modificada ou anulada, quem começa o processo tem de arcar com as consequências, de acordo com o artigo 520 do Código de Processo Civil.

“O princípio da causali-

dade impõe àquele que deu causa à lide o ônus de arcar os honorários advocatícios, ante a necessária atuação da parte adversária por meio da constituição de douto advogado”, escreveu o desembargador.

O colegiado entendeu que, mesmo que o processo seja extinto, ainda são devidos honorários advocatícios. Os desembargadores deram provimento ao recurso e condenaram a outra parte ao pagamento dos honorários, fixados em 10% do valor da causa.

AC 0007919-65.2022.8.26.0100

Fonte: Conjur

Na abertura de Colégio de presidentes, OAB/MT lança projetos de Inteligência Artificial e cursos on-line para advocacia

A abertura do 2º Colégio de Presidentes de Subseções e Delegados da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Gestão 25/27, ocorreu na noite desta quinta-feira (13) em Sorriso, com a apresentação de novos projetos de inovação e tecnologia voltados para a advocacia mato-grossense.

Visivelmente emocionada, a presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso, fez um agradecimento à classe e anunciou dois novos projetos institucionais: o “IAdvocacia” e o “ESA ON”.

Durante sua fala, Gisela também apresentou um resumo das contas de 2025 e compartilhou sua trajetória nos colégios de presidentes e delegados. “Há 10 anos sou parte da diretoria da OAB-MT e estive presente em todos os Colégios realizados nesse período, somando quase 20 encontros. Muita coisa mudou nessa década, mas minha dedicação e amor pela advocacia permanecem inalterados. É uma imensa alegria e um grande orgulho representar os advogados e advogadas de Mato Grosso”, afirmou. Agradecendo à presidente da 17ª Subseção, Carla Guerra, por sediar o evento, ela declarou Sorriso como “Capital estadual da advocacia” pelos próximos dois dias.

Carla Guerra, anfitriã do Colégio,

ressaltou a relevância de reunir os representantes das 29 Subseções da Ordem em Sorriso, enfatizando um esforço conjunto pela advocacia. “Estamos em busca de uma gestão voltada ao trabalho e resultados. Embora ainda haja muito a realizar, já celebramos avanços e conquistas”, destacou.

O desembargador Ricardo Almeida também prestigiou a ocasião, enfatizando que seu gabinete no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) está à disposição da advocacia. “Estou aqui para servir e apoiar a classe”, afirmou.

A Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT) apresentou os benefícios que oferece, com Rodrigo Araújo, presidente da CAA/MT, enfatizando o compromisso de fornecer assistência de qualidade. “Buscamos constantemente oferecer o melhor para a advocacia mato-grossense”, declarou.

O projeto ESA ON, da Escola Superior da Advocacia (ESA-MT), visa democratizar a educação e capacitação, disponibilizando cursos em formato híbrido, com turmas presenciais e transmissão em tempo real para todo o estado. “A qualificação da nossa advocacia é uma prioridade, e o ESA ON permitirá que levemos essa formação a todos os cantos do nosso Estado”,



Reprodução

comentou Gisela.

Por sua vez, o IAdvocacia introduzirá a Inteligência Artificial na advocacia mato-grossense. “A tecnologia e a inovação são desafios cada vez maiores; por isso, é fundamental que nossos advogados tenham acesso a essas ferramentas”, concluiu a presidente da OAB-MT.

Estiveram presentes na solenidade, junto com Gisela Cardoso, o vice-presidente Giovane Santin, o secretário-geral Josemar Carmerino e a secretária-geral adjunta Aline

Luciana, além de Carla Guerra e sua diretoria, a conselheira federal Adriana Tanssini, os conselheiros estaduais Luciano Silles e Joice Scholl, o desembargador Ricardo Almeida, o presidente da CAA/MT, Rodrigo Araújo, o prefeito de Sorriso, Alei Fernandes, e outras autoridades locais e regionais. O evento também contou com a participação de diretores de órgãos do Sistema OAB-MT, conselheiros federais e estaduais, presidentes e diretores de Subseções, além de outros representantes da advocacia em Mato Grosso.

Na abertura do 2º Congresso de Direito Agrário, Santin exalta o conhecimento como principal forma de transformação social

POR: KEKA WERNECK
ASSESSORIA DE IMPRENSA OAB-MT

Vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Giovane Santin, representou a Seccional, na abertura do 2º Congresso de Direito Agrário, nesta sexta (7), em Rondonópolis – iniciativa da 1ª Subseção, junto com a Seccional, a Escola Superior de Advocacia (ESA-MT) e a Comissão de Direito Agrário. O propósito do evento é contribuir com a qualificação de advogados e advogadas que atuam no destacado setor. “Evento muito importante, que já entra para o calendário da advocacia mato-grossense”, ressaltou Santin. Em seu discurso, ele defendeu espaços de debates promissores e o conhecimento como a principal forma de transformação social.



Reprodução

“Gostaria de cumprimentar e agradecer mais uma vez à advocacia e à Rondonópolis, e o faço em nome da professora Stael Maria da Silva, que representa para mim as pessoas importantes que passaram pela minha vida e tudo de lindo que aconteceu comigo, por causa dos estudos. A conheço desde o tempo em que eu era office boy, aqui na cidade, e isso está marcado em minha história. Iniciei meu curso de Direito, aqui, e foi aqui também que

me tornei professor, voltando do Rio Grande do Sul. Isso me orgulha muito”, relatou: “Então, minha trajetória demonstra que a riqueza do pobre é a qualificação, o ensino, o aperfeiçoamento e a aprendizagem. O conhecimento é a principal forma de transformação social que temos nesse país”.

Presidente da OAB Rondonópolis, Bruno de Castro, destacou os esforços que a 1ª Subseção tem feito para contribuir com o aperfeiçoamento da ad-

vocacia mato-grossense que atua no importante segmento.

O evento reuniu especialistas e profissionais da área agrária para debater os desafios e as transformações do setor no Estado e no país.

“Ao lado do vice-presidente da OAB-MT, reafirmamos o compromisso de fortalecer a qualificação da nossa advocacia. E este congresso, que já está em sua segunda edição – se Deus quiser, de muitas – consolida o protagonismo da

advocacia do interior”, afirmou.

Participaram da abertura do Congresso o vice-presidente da OAB-MT, Giovane Santin, a secretária-Geral Adjunta, Aline Luciana da Silva Velho, o presidente em exercício da Escola Superior de Advocacia (ESA-MT), Bruno Casagrande e Silva, a presidente da Comissão de Estudos sobre a Lei de Falências e Recuperação Empresarial (CELFRE), Aline Néspoli, o presidente da 1ª Subseção, Bruno de Castro, e sua diretoria, o conselheiro federal, Breno Miranda, os conselheiros seccionais Bruno Torquete Barbosa, Mauri Carlos Alves de Almeida Filho, Douglas Ibarra, Lilian Santos e Danielly Garcia Piato; o presidente da Comissão Estadual de Direito Agrário, Wellyson Bragar, representantes de comissões temáticas e a advocacia em geral.

AS FORÇAS DE SEGURANÇA
ESTÃO TRABALHANDO MUITO

govmatogrosso
mt.gov.br secom_mt

E OS DADOS
COMPROVAM

78%

dos homicídios foram solucionados
(2020-2024)



TOLERÂNCIA
ZERO
CONTRA
FACÇÕES CRIMINOSAS



Governo de
**Mato
Grosso**

OAB/MT, UFMT, ESA e a 6ª Subseção de Sinop iniciam a Segunda Turma de Pós-Graduação em Direito do Agronegócio

Na última sexta-feira (24), a 6ª Subseção da OAB Sinop, sediou o lançamento da segunda turma da pós-graduação em Direito do Agronegócio, fruto da parceria da OAB/MT com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). A cerimônia, realizada na sede da 6ª Subseção em Sinop, recebeu 61 novos alunos, confirmando o sucesso da iniciativa em atender à demanda por especialização na região.

O presidente da 6ª Subseção, Reginaldo Monteiro, atuou como anfitrião e entusiasta do projeto. Em seu discurso, Monteiro enfatizou o importante papel da OAB em proporcionar acesso a um curso de alto nível.

“É um dia muito especial para a 6ª Subseção. Estávamos trabalhando essa demanda com a Seccional desde o início do ano e hoje damos início a essa segunda turma. Parceria importante da Seccional com a Subseção para oferecer um curso de altíssima



Reprodução

simas qualidade, com professores mestres e doutores da UFMT” enfatizou Reginaldo Monteiro, sublinhando ainda o compromisso da OAB Sinop com a excelência profissional na região com predominância no agronegócio.

O evento de abertura reuniu, além do presidente da Subseção, Reginaldo Monteiro, a presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso, o vice-presidente da Seccional, Giovane Santin, o diretor da Faculdade de Direito da UFMT, Carlos Eduardo Silva e Souza, o Presidente da Caixa

de Assistência dos Advogados de Mato Grosso – CAAMT, Rodrigo Araújo, os Diretores da Subseção, Mayara Weirich e Eliana Silva e Conselheiros Estaduais.

Em seu discurso, a presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso, ressaltou que “Mato Grosso é alvo da advocacia quase que do mundo inteiro, todos querem vir advogar aqui. Vivemos em um estado que está entre os maiores produtores de grãos do mundo e, consequentemente, saem muitas demandas jurídicas do

agronegócio. A pós-graduação em Direito do Agronegócio, mais do que importante, é uma necessidade para a advocacia mato-grossense”, sublinhou, ainda, que “essa pós-graduação tem o selo UFMT, conta com professores, mestres e doutores, sem dúvida nenhuma, um investimento importantíssimo para valorizarmos ainda mais a advocacia da região”, finalizou Gisela Cardoso.

Giovane Santin, vice-presidente da OAB-MT e diretor adjunto da Faculdade de Direito da UFMT, destacou que a realização de especializações por meio de parcerias da Escola Superior da Advocacia (ESA-MT) e a UFMT, além de outras instituições, tem possibilitado a qualificação da advocacia em todo o estado. “Atualmente, temos treze pós-graduações em andamento, chegando, além da Capital e Várzea Grande, em diversos municípios do estado, como Sinop, Primavera do Leste, Barra do Garças e Sorriso”.

O diretor da Faculdade de

Direito da UFMT, Carlos Eduardo Silva e Souza, citou que a segunda turma de Sinop é a décima turma de pós-graduação em Direito do Agronegócio realizada graças à parceria da ESA-MT e a OAB-MT com a Faculdade de Direito da UFMT, sendo a maioria das turmas em municípios do interior do estado. “Isso é prova de que é um projeto de sucesso”. A aula inaugural da pós-graduação em Direito do Agronegócio foi ministrada pela Presidente Gisela Cardoso e pelo Conselheiro Estadual Daniel Moura Nogueira.

Com 61 novos alunos, a pós-graduação reforça a capacidade da OAB Sinop, em conjunto com a Seccional e a UFMT, de qualificar a advocacia da região Norte do Estado, que é vanguarda na produção agrícola e no agronegócio e exige profissionais cada vez mais especializados.

Assessoria de
Imprensa OAB Sinop

OAB Sinop parabeniza o advogado Dr Luiz Fernando Aranda pela eleição à presidência da UNESIN para o próximo biênio 2026/2027

REDAÇÃO JA

O advogado Luiz Fernando Aranda foi eleito na noite de ontem (13/11/2025) como o novo presidente da União das Entidades de Sinop (UNESIN), para o biênio 2026/2027. Representando a Maçonaria, Aranda liderou uma chapa de consenso e sucederá Cleyton Laurindo na presidência. A cerimônia de posse da nova diretoria está agendada para o dia 11 de dezembro, durante a última assembleia ordinária da UNESIN deste ano.

A nova diretoria será composta por representantes de diversos setores da

sociedade sinopense:

Presidente: Luiz Fernando Aranda (Maçonaria)

Vice-Presidente: Waldomiro Teodoro dos Anjos Junior (AENOR)

1º Secretário: Amadeu Rampazzo Junior (Associação Floresta Urbana)

2º Secretário: Reginaldo Monteiro (OAB)

1ª Tesoureira: Sinara Tagliari (Sindusmad)

2º Tesoureiro: Rafael Braga (Associação Médica)

O Conselho Fiscal incluirá Cícero Berti (Acrinorte), Elton Brito Ribeiro (UFMT) e Maristela Frizon (Associação dos Hotéis). A gestão também contará com o conselheiro técnico

Nilson Lopes Ribeiro e os membros do Conselho Consultivo: Cleyton Marcos Laurindo, Carlos Henrique Soares da Fonseca e João Paulo Avansini Carnelos.

A UNESIN é uma importante união local formada por 30 entidades, que trabalham para influenciar positivamente as decisões relacionadas à economia, desenvolvimento, justiça social e qualidade de vida em Sinop.

É gratificante observar a união das entidades, solidificada por uma diretoria orientada pelo diálogo, pela representatividade e por um propósito comum. Parabenizamos todos os membros eleitos, especialmente o

Dr. Reginaldo Monteiro, que assumirá a função de 2º secretário, reforçando o compromisso da OAB com o desenvolvimento social, econômico e institucional de Sinop, sob a liderança da vice-presidente Dra. Mayara Weirich.

Estamos confiantes de que a nova diretoria, sob a orientação de Cleyton Laurindo, que finaliza seu mandato com importantes contribuições, continuará a promover colaboração e a gerar impactos positivos.

Desejamos que este novo ciclo seja marcado por avanços, união e trabalho conjunto em prol da sociedade sinopense. A OAB Sinop segue à disposição para colaborar.

PORQUE INVESTIR EM IMÓVEIS NA CIDADE DE GOIÂNIA?

MARCAS COMO; FERRARI PININFARINA, LAMBORGHINI E PORSHE CONSULTING JA ESTÃO ENTRE OS EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E RESIDENCIAIS SENDO CONSTRUÍDOS EM GOIÂNIA.

EXCLUSIVIDADE E LUXO EM NOSSO CENTRO OESTE



CAROLINE MESQUITA
CORRETORA ESPECIALISTA



62 9.9698-6900

QUEM MANDA MAIS : Defensoria Pública tem legitimidade para litigar por si, diz Supremo

O artigo 8º da Lei Orgânica da Defensoria Pública da União, que diz que os defensores devem representar a Defensoria Pública da União judicial e extrajudicialmente, é constitucional. Esse é o entendimento do Pleno do Supremo Tribunal Federal, que negou provimento a uma ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Associação Nacional dos Advogados da União (Anauni).

A associação iniciou uma ADI questionando o artigo. A Anauni disse que essa função deveria caber à Advocacia-Geral da União, já que o artigo 131 da Constituição diz que cabe à AGU, com exclusividade, representar nos âmbitos

judicial e extrajudicial a União e seus órgãos, incluindo os do Legislativo e do Judiciário. A associação pediu a declaração de inconstitucionalidade do artigo.

A presidência da República se manifestou concordando com a demanda da Anauni. A Câmara dos Deputados, por sua vez, disse que a lei é constitucional. Já o Senado disse que a AGU não tem legitimidade para pedir algo que não é de seu interesse, mas da Defensoria.

VOTO DO RELATOR

O relator, ministro Kássio Nunes Marques, rejeitou a alegação de ilegitimidade em seu voto. Ele analisou que as Emendas Constitucionais 45/2004,

73/2013 e 80/2014 reforçam as prerrogativas da Defensoria Pública, assegurando sua autonomia funcional e administrativa.

O artigo 8º, em sua visão, é constitucional, pois não remete à suposta intenção do órgão de colocar-se como pessoa jurídica. Essa era uma das premissas de inconstitucionalidade alegadas pela associação.

“A representação judicial ou extrajudicial da Defensoria Pública busca assegurar ao órgão autonomia e independência em face dos demais Poderes. Em outras palavras, visa a garantir o exercício das prerrogativas enquanto função essencial à Justiça, próprias da instituição ou dos defensores públicos individualmente considerados”, escreveu o ministro.

Ele votou por julgar o pedido parcialmente procedente, reconhecendo a constitucionalidade do artigo, mas de maneira a assentar que a competência do defensor se limita à defesa da autonomia, prerrogativas e funções institucionais. Nunes Marques foi acompanhado pelos ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino, Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

VOTO DIVERGENTE

O ministro Alexandre de Moraes divergiu do relator por entender que a norma questionada não permite qualquer interpretação diferente do que é reconhecido pela jurisprudência do STF.

Alexandre concordou quanto à constitucionalidade do artigo, mas, para ele, a competência dos defensores não se limita à defesa da autonomia, prerrogativas e funções institucionais. Ele citou um precedente em que a corte tinha admitido que a Defensoria pleiteasse seus próprios direitos em juízo.

“Tal solução previne, inclusive, o patrocínio simultâneo e conflituoso de interesses contrapostos numa mesma causa, precaução que se torna de especial relevância para Defensoria Pública”, escreveu o magistrado.

Ele votou por negar provimento ao pedido e foi acompanhado pelos ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia, Luiz Fux, André Mendonça e pelo ministro aposentado Luís Roberto Barroso. Assim, a corte confirmou a constitucionalidade do dispositivo.

O defensor público do Amazonas, Maurílio Casas Maia, participou do caso.

Acórdão : ADI 5.603

Fonte: Conjur



Reprodução

PERDA DE CHANCE

STJ decide que não pode fixar tese em recursos em que o crime já prescreveu

O Superior Tribunal de Justiça não deve fixar tese vinculante sob o rito dos recursos repetitivos quando os temas afetados tenham como paradigmas processos em que o crime já prescreveu.

A definição foi alcançada pela 3ª Seção do STJ, em questões de ordem julgadas neste (12/11), por maioria apertada de votos.

Isso levou ao adiamento de dois temas de repetitivos, que não puderam ser julgados porque os crimes imputados aos réus nos processos afetados já prescreveu. Esses casos voltam aos gabinetes para declaração da extinção da punibilidade pela prescrição.

Os temas seguem afetados. Será necessário identificar novos recursos em que a prescrição ainda não foi alcançada, prepará-los e pauta-los, para definição da tese jurídica.

O QUE VALE É A TESE

A proposta de fixar teses apesar da prescrição nos casos concretos foi feita pelo ministro Rogério Schietti, por



Reprodução STJ

um aspecto prático: há determinados crimes que têm prazo prescricional mais curto e levam anos até chegar em grau de recurso ao STJ.

Isso ocorre, principalmente, nos processos envolvendo ato infracional, aplicação da falta grave e temas relativos à execução penal.

Isso é mais grave justamente nos casos de afetação ao rito dos repetitivos. Esses são selecionados pela comissão gestora de precedentes, cadastrados como controvérsia, depois passam por afetação e têm um ano para serem julgados, segundo o Regimento Interno.

É comum que os gabinetes

levem meses para liberá-los, já que o julgamento é qualificado: cabe manifestação de amigos da corte (amici curiae) e podem ter audiência e consulta pública, por exemplo.

“O objetivo central é a definição da tese jurídica não especificamente para o caso julgado, mas para todos os casos futuros. É o interesse público de que o tribunal resolva definitivamente algo que tem sido objeto de interpretações diferentes”, disse o ministro.

PRESCREVEU, E DAÍ?

Não há norma para resolver essa questão específica no Código de Processo Penal, no Código de Processo Civil ou no Regimento Interno do tribunal.

O ministro Schietti propôs a aplicação, por analogia, do artigo 998, parágrafo 1º do CPC, segundo o qual a desistência do recurso não impede a análise de questão em julgamento de recursos repetitivos.

“A lógica subjacente ao dispositivo deve ser aplicada também, por analogia, para situações outras em que julgamento

do caso se tornar prejudicado por alguma questão superveniente, como é o caso da prescrição”, sustentou.

Votaram com ele os ministros Carlos Brandão, Og Fernandes e Sebastião Reis Júnior. “O tema repetitivo é o importante. E é fundamental que seja decidido”, disse o ministro Og.

MELHOR ACHAR OUTROS PROCESSOS

Abriu a divergência vencedora o ministro Reynaldo Soares da Fonseca, que foi mais conservador: defendeu que o tema repetitivo siga afetado, mas que os paradigmas sejam substituídos por casos em que ainda não houve prescrição.

Ele foi acompanhado por Ribeiro Dantas, Messod Azulay e Marluce Caldas. Com o empate e devido à ausência de Joel Ilan Paciornik, o desempate coube ao presidente da 3ª Seção, Antonio Saldanha Palheiro, que votou com eles.

“O objetivo é firmar entendimento a respeito de um tema controvertido, mas a gente encaminha nosso posicionamen-

to em cima de casos concretos. Encaminhar o julgamento da tese em cima de um caso em que ela não tem efeito prático na vida real causa espécie”, disse Saldanha.

Temas adiados por conta da prescrição dos paradigmas:

Tema 1.107 – Discute se há imprescindibilidade de laudo pericial firmado por perito oficial para o reconhecimento da qualificadora do rompimento de obstáculo nos crimes de furto;

Tema 1.138 – Retroatividade ou não da Lei 13.964/2019 (pacote “anticrime”), relativamente à natureza jurídica da ação penal no delito de estelionato (art. 171 do Código Penal), a qual outrora era pública incondicionada e, atualmente, passou a exigir a representação da vítima, como condição de procedibilidade, tornando-se, assim, ação pública condicionada à representação.

Tema 1.107 | REsp 1.930.192
REsp 1.923.354 | Tema 1.138
REsp 1.917.110, REsp 1.931.383,
REsp 1.931.345, REsp 1.931.377

Fonte: Conjur